



GÊNERO, RAÇA E SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA: ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA

Resumo: Este artigo propõe uma análise reflexiva sobre a interseção entre raça e gênero sob uma perspectiva sócio-histórica, examinando como fatores sociais, culturais e históricos moldaram as experiências das mulheres negras em relação à saúde mental. Através de um ensaio crítico reflexivo, as definições de gênero e raça foram exploradas, com um foco especial na constituição das subjetividades negras. Com esse propósito, é fundamental compreender como a interação de identidades sociais influencia a construção das subjetividades e o desenvolvimento de fatores positivos para a saúde, como autoestima e autenticidade, sendo a consideração das dimensões de raça e gênero crucial nesse contexto. Em conclusão, este estudo aponta que as mulheres negras confrontam desigualdades econômicas, tais como restrições no acesso a oportunidades de emprego, educação e assistência médica. Além disso, elas estão sujeitas a estereótipos prejudiciais, exacerbados pela violência de gênero, o que resulta em um impacto substancial na saúde mental.
Descritores: Gênero, Raça, Saúde Mental, Desenvolvimento Humano.

Gender, race and mental health of the black population: socio-historical approach

Abstract: This article proposes an analysis of the intersection between race and gender from a sociohistorical perspective, examining how social, cultural, and historical factors have shaped black women's experiences regarding mental health. Through a critical reflective essay, the definitions of gender and race will be explored, with a special focus on the constitution of black subjectivities. For this purpose, it is essential to understand how the interaction of social identities influences the construction of subjectivities and the development of positive factors for health, such as self-esteem and authenticity, with consideration of the dimensions of race and gender being crucial in this context. In conclusion, this study points out that black women face economic inequalities, such as restrictions in access to employment opportunities, education and health care. Furthermore, they are subject to harmful stereotypes, which are exacerbated by gender-based violence, resulting in a substantial impact on mental health.
Descriptors: Gender, Race, Mental Health, Human Development.

Género, raza y salud mental de la población negra: enfoque sociohistórico

Resumen: Este artículo propone un análisis reflexivo de la intersección entre raza y género desde una perspectiva sociohistórica, examinando cómo los factores sociales, culturales e históricos han dado forma a las experiencias de las mujeres negras con respecto a la salud mental. A través de un ensayo reflexivo crítico, se explorarán las definiciones de género y raza, con especial enfoque en la constitución de las subjetividades negras. Para ello, es fundamental comprender cómo la interacción de las identidades sociales influye en la construcción de subjetividades y el desarrollo de factores positivos para la salud, como la autoestima y la autenticidad, siendo crucial la consideración de las dimensiones de raza y género. En este contexto. En conclusión, este estudio señala que las mujeres negras enfrentan desigualdades económicas, como restricciones en el acceso a oportunidades de empleo, educación y atención médica. Además, están sujetas a estereotipos nocivos, que se ven exacerbados por la violencia de género, lo que tiene un impacto sustancial en la salud mental.
Descriptorios: Género, Raza, Salud Mental, Desarrollo Humano.

Edilene Maria da Silva Barbosa

Mestre e Doutoranda em Hebiatria. FOP-UPE.

E-mail: edilene.barbosa@upe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6854-669X>

Taciana Lima de Paula Black

Mestre e Doutoranda em Hebiatria. FOP-UPE.

E-mail: taciana.lima@upe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5766-337X>

Kalina Vanderlei Paiva da Silva

Professora Orientadora. Doutora em História e Livre-docente na UPE.

E-mail: kalina.silva@upe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8370-1894>

Submissão: 14/11/2023

Aprovação: 06/04/2024

Publicação: 15/05/2024



Como citar este artigo:

Barbosa SEM, Black TLP, Silva KVP. Gênero, raça e saúde mental da população negra: abordagem sócio-histórica. São Paulo: Rev Remecs. 2024; 2(esp):3-10. DOI: <https://doi.org/10.24281/rremecs2024.2.esp.310>

Introdução

A relação entre gênero, raça e saúde mental é um campo complexo e multifacetado que tem recebido cada vez mais atenção nos últimos anos e que pode apresentar variações significativas, influenciadas por uma série de fatores, incluindo o ambiente social, cultural e econômico em que as pessoas estão inseridas.

Existem disparidades significativas no acesso aos cuidados de saúde mental e nos resultados de intervenções de promoção à saúde entre os diferentes grupos raciais e de gênero. Assim, pessoas de minorias políticas muitas vezes enfrentam obstáculos adicionais ao acesso a serviços de saúde¹, o que pode resultar em problemas de saúde mental não diagnosticados ou não tratados.

Adicionalmente, essa população frequentemente enfrenta desigualdades econômicas, o que pode aumentar o risco de problemas de saúde mental devido ao estresse financeiro e à falta de acesso a recursos, além do enfrentamento dos efeitos do racismo em suas subjetividades²⁻³.

Em uma sociedade patriarcal, as normas sociais em torno da masculinidade e da feminilidade podem influenciar a forma como as pessoas percebem e lidam com problemas de saúde mental. Desta forma, se estabeleceram padrões comportamentais distintos para homens e mulheres, que apesar da influência dos povos negros no contexto brasileiro, predominou a supremacia da cultura branca europeia⁴.

Isso conduz a uma reflexão profunda sobre sua conexão com a saúde mental, fornecendo motivos para uma análise mais aprofundada. Diante disso, este ensaio visa explorar a interseção entre raça e gênero sob uma perspectiva sócio-histórica, examinando

como fatores sociais, culturais e históricos moldaram as experiências das mulheres negras em relação à saúde mental.

É importante enfatizar que o presente artigo representa um ensaio elaborado com base na análise de uma literatura significativa que enriqueceu o processo de reflexão. Pela sua natureza reflexiva, assume a forma de um escrito crítico e interpretativo, que se opõe à racionalidade instrumental ou à calculabilidade do mundo moderno⁵.

No primeiro momento, serão discutidos os conceitos-chave relacionados a raça, gênero e saúde mental. Em seguida, examinaremos de que maneira essas categorias se interconectam com a saúde mental, com um foco especial nas subjetividades das mulheres negras.

Objetivo

Propor reflexões e discussões sobre a saúde mental da população negra a partir do gênero, com uma abordagem sócio-histórica.

Material e Método

Trata-se de um ensaio reflexivo, que descreve significados e saberes. Contendo alguns elementos importantes para criar e elaborar discussões a cerca de um conhecimento, devendo servir de “disparador”.

Desenvolvimento

Reconhecendo os conceitos de raça e gênero na análise da saúde mental.

Numa compreensão holística da saúde mental, há o reconhecimento que ela vai além da mera ausência de transtornos mentais, abrangendo também o bem-estar psicológico e emocional de um indivíduo. Ela se constitui como um estado dinâmico que implica a capacidade de se adaptar às mudanças da vida, gerenciar o estresse, cultivar relacionamentos

saudáveis, tomar decisões significativas e buscar um equilíbrio entre as exigências diárias e o seu bem-estar emocional⁶.

Em resumo, a saúde mental envolve a capacidade de uma pessoa viver uma vida equilibrada e satisfatória, enfrentando os desafios e as adversidades que surgem ao longo do tempo.

Portanto, promover a saúde mental implica em estabelecer ambientes de apoio, reduzir o estigma em torno dos problemas de saúde mental e garantir o acesso a serviços de saúde mental de alta qualidade quando necessário. Com esse propósito, é fundamental reconhecer como a interseção de identidades sociais afeta a formação das subjetividades e a promoção de fatores positivos à saúde, como resiliência, autoestima e autenticidade. Nesse sentido, a consideração das dimensões de raça e gênero desempenha um papel essencial nesse processo.

Em primeiro lugar, é crucial entender o racismo como um fenômeno complexo que atravessa a história e se renova constantemente, manifestando-se na negação de oportunidades simbólicas e econômicas, no acesso restrito à educação, na disparidade de tratamento perante a lei e nas discriminações profundamente enraizadas em crenças de superioridade racial que afetam as interações cotidianas.

Para Silvio Almeida⁷, o racismo vai além do preconceito individual e suas práticas discriminatórias, uma vez que o autor explora a dimensão estrutural e sistêmica das desigualdades raciais, descortinando o racismo como um problema social e político que exige uma análise crítica das instituições e estruturas que perpetuam as políticas públicas, os sistemas

educacionais, a justiça criminal, entre outros que podem reforçar desigualdades raciais. Atuando como uma forma de reproduzir e manter estruturas de poder existentes, onde aqueles que são racialmente privilegiados continuam a usufruir de benefícios e privilégios, enquanto os racialmente marginalizados enfrentam barreiras e discriminação.

Diante disso, esse artigo considera a raça como derivada do racismo, não o contrário, uma vez que esta construção social tem sido historicamente usada para justificar desigualdades sociais, discriminação e preconceito. Ela é frequentemente usada para descrever grupos de pessoas que compartilham características físicas percebidas, como cor da pele, textura do cabelo, formato dos olhos e traços faciais, assim como uma identidade cultural e social comum, muitas vezes relacionada à sua herança étnica, nacionalidade, religião ou experiência histórica compartilhada⁸.

Dentro deste contexto, a raça assume um papel central e estrutural no racismo, uma vez que esse sistema discriminatório atribui valor ou desvaloriza indivíduos com base em suas características raciais, mantendo assim a desigualdade.

Outro aspecto fundamental para entender as conexões que levam a impactos na saúde mental é a categoria de gênero, aqui entendida como uma construção social e performativa, como argumenta Judith Butler⁹: “as pessoas constroem e expressam seu gênero por meio de ações repetidas e comportamentos que se encaixam nas expectativas sociais de masculinidade ou feminilidade”. Assim, o gênero não é uma identidade pré-existente, mas algo que é criado e mantido através de ações cotidianas.

Destaca-se neste estudo os papéis de gênero, que são as funções e responsabilidades que a sociedade atribui a pessoas com base em seu sexo percebido e que incluem as expectativas sobre trabalho, família, comportamento emocional, hobbies e muito mais, bem como as normas de gênero, entendidas como regras e expectativas sociais moldam as interações e relacionamentos entre pessoas de diferentes gêneros. Elas podem limitar ou restringir a liberdade e a autenticidade das pessoas ao definir o que é considerado "adequado" para seu gênero¹⁰.

Neste sentido, a liberdade de expressão e os papéis de gênero ganham importância, assim como a necessária subversão de suas normas socialmente impostas, para a constituição saudável de subjetividades.

Diante do exposto, para compreender adequadamente essa interseção na constituição da saúde mental, é essencial reconhecer que tanto gênero quanto raça são construções sociais que variam ao longo do tempo e do espaço. Onde o gênero não é apenas uma divisão binária, mas sim um espectro complexo de identidades.

Da mesma forma, raça não é uma categoria biologicamente determinada, mas sim uma construção cultural e social que se desenvolveu ao longo da história. A compreensão dessas construções sociais é crucial para a análise de como elas afetam a saúde mental.

Considerações sobre as interseções de raça e gênero no processo de construção da saúde mental das mulheres negras

Algumas reflexões sobre de que forma as questões relacionadas aos diversos gêneros humanos poderiam estar ligados às também diversas formas de

sofrimento psíquico, o que advém historicamente de uma relação que as ciências médicas fazem entre a loucura e o gênero. Vale ressaltar que "Os médicos, sobretudo os do século XIX, eram fascinados por sexo"¹¹.

Numa época em que falar desse assunto era tabu, as ciências médicas tinham tal prerrogativa, por lutar contra os chamados "desvios sexuais": homossexualidade, histerismo, ninfomania, dentre outros. Tendo o higienismo e o darwinismo como pano de fundo, as ciências médicas preocupavam-se em cuidar da limpeza nas relações entre os casais, para que estes procriassem filhos saudáveis e bonitos.

Boa parte desses escritos afirmam que há patologias relacionadas a gênero, orientações sexuais, disforias etc. (os diagnósticos da psiquiatria médica brasileira usam o DSM (Manual diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)¹² como referência a ser seguida. Não mencionando os efeitos dos estigmas e preconceitos como fatores preditivos do sofrimento e adoecimento psíquico.

Baseando-se na psicanálise freudiana, Neusa Santos Souza³ tenta explicar os efeitos psicoemocionais da discriminação racial na tentativa subjetiva de adoção da branquitude como um valor. Ao aplicar conceitos psicanalíticos, a autora fornece uma explicação de como o racismo promove a estruturação de uma ferida psíquica, que se reconhece em uma tentativa incessante de aliviar essa constante tensão entre o ego ideal e o ego inatingível de homens e mulheres negras.

Souza³ também nos oferece insights que nos instigam a refletir que, além do ônus emocional, há conflitos decorrentes dessa incessante busca pela emancipação, um desafio que perdura até os dias

atuais. A autora traz à tona as experiências individuais e coletivas dos negros que almejam uma ascensão social similar à dos brancos. No entanto, esse caminho e a pressão para se conformar com os modelos de identificação brancos, a fim de serem vistos como iguais e respeitados, frequentemente resultam na alienação de sua identidade racial.

Refletindo um pouco mais sobre a saúde mental das mulheres negras, tem-se um contexto do corpo dessa mulher, como sinônimos de objeto e de propriedade de alguém, e na imagem dela como um signo de erotismo, luxúria e de sensualidade.

Mulheres negras vivenciam uma tensão que resulta em sentimentos de baixa autoestima, sentimento de inferioridade e autocensura, gerando insegurança, medo e vergonha por se sentirem menos aceitas quando comparadas às mulheres brancas e até mesmo aos homens negros.

E nesse contexto descrito da saúde mental da negra, há uma dimensão interseccional que favorece o entendimento de gênero de modo racializado, compreendendo que a experiência de ser mulher está relacionada à experiência de ser negra, numa sociedade racista e machista. O desfecho nunca é resultado apenas da influência de uma dessas dimensões.

Diante da compreensão de que o racismo exerce uma influência violenta na vida das pessoas negras por meio de diversas práticas, com ênfase na promoção de uma visão negativa de si mesmas, é importante refletir sobre as consequências desse processo no corpo psíquico de uma pessoa negra. Isso se deve ao fato de que “a maior vitória do racismo está em sua dimensão psicológica, na medida em que sua lógica é reduzir, invisibilizar, criminalizar,

subalternizar, inferiorizar pessoas, grupos e povos, reduzindo-os a uma condição sub-humana”¹³.

Dentro desse âmbito, Lucas Veiga¹⁴ destaca a importância de uma "Psicologia Preta" que desafia as definições psicológicas e psicanalíticas desenvolvidas na Europa e posteriormente importadas e incorporadas à sociedade brasileira. Essas abordagens desconsideram a singularidade das experiências de subjetivação não-brancas e impõem uma nosologia que se assemelha à subjetividade do colonizador¹⁴.

Portanto, resgatar as epistemologias que historicamente foram apagadas permite reconhecer e legitimar o impacto do racismo na formação das subjetividades negras. E reconhecer “como a violência, quantitativamente mais dirigida às mulheres negras, tem raízes estruturais nas relações de dominação colonial, escravagista e racista, as quais persistem e se reatualizam na forma de feminicídios e situações trabalhistas análogas à escravidão...”¹⁵.

De maneira a validar e tomar como suporte o resgate epistemológico das produções negras para os cuidados de saúde mental dessa população¹⁴, este estudo destaca as contribuições dos teóricos Frantz Fanon¹⁶ e Neusa Santos Souza³. O primeiro, baseado em uma análise psicanalítica, busca compreender a dinâmica das relações entre homens negros e brancos.

Nesse contexto, ele desvenda os mecanismos pelos quais a sociedade colonialista não apenas perpetua desigualdades econômicas e sociais, mas também internaliza um sentimento de inferioridade associado à cor da pele, conceito referido pelo autor como a "epidermização da inferioridade"^{16,17}.

Inspirada na obra de Franz Fanon¹⁶, Neusa Santos Souza³ concentra-se nas dimensões psicossociais do

sofrimento resultante do colonialismo e racismo, buscando traduzir esses conceitos para o contexto sociocultural brasileiro. De maneira inovadora, ela traz à tona, no âmbito da psicanálise brasileira, as implicações psicológicas e o custo emocional do racismo.

Considerando o que foi apresentado, é evidente que, juntamente com a raça, o gênero emerge como uma categoria fundamental no processo de estruturação e organização da sociedade, desempenhando um papel fundamental na análise das diferenças e constituição da saúde mental.

Ainda na época do Brasil colonial, havia a crença de que os papéis sociais dos homens e das mulheres eram rigidamente definidos pelo seu sexo biológico e origem racial, o que resultou em desigualdades enraizadas na história.

Os europeus, ao chegarem ao Brasil, seguiram os padrões de sua cultura patriarcal, o que se traduziu na manutenção das mulheres afastadas do poder e dos negócios, promovendo a criação de leis e a adoção de costumes misóginos¹¹.

Pode-se afirmar que eles desempenharam um papel fundamental na estruturação de uma sociedade brasileira marcada pela divisão de classes, pela exploração e discriminação de negros e indígenas, assim como pela desigualdade de gênero.

Deste modo, desde a colonização, as mulheres negras enfrentam uma forma única de opressão que combina tanto o sexismo como o racismo. Essa interseção de discriminações, sobretudo a de gênero e racial, resulta em desafios e dificuldades particulares¹⁸.

No contexto das condições enfrentadas por aquelas que foram escravizadas no Brasil durante o

período colonial, elas foram sujeitas a atrocidades cruéis, como jornadas de trabalho extenuantes, tratamento desumano, repetidos abusos sexuais, restrições à maternidade, à demonstração de afeto e à livre prática de sua religiosidade¹⁹.

No entanto, estas mulheres já instituíam atos de resistência às múltiplas formas de opressão e, sob a proteção das irmandades e dos terreiros de candomblé, estabeleceram refúgios, como a prática de suas crenças religiosas. Essas práticas eram vitais para a preservação dos valores africanos, oferecendo alívio ao sofrimento causado pela dolorosa separação de suas terras de origem. Além disso, esses refúgios criavam redes de apoio mútuo para a população escravizada, ajudando na busca pela tão sonhada liberdade²⁰.

Não obstante, o fim do regime escravista não retirou das mulheres negras o peso do sexismo e das práticas racistas. Estas ainda são frequentemente alvo de estereótipos negativos que envolvem tanto sua raça quanto seu gênero em um contexto em que elas podem ser vistas como hipersexualizadas, agressivas, incontroláveis e outras supostas naturalizações prejudiciais. Economicamente, as mulheres negras enfrentam disparidades salariais e de carga horária trabalhada significativas em comparação com homens brancos e mulheres brancas²¹.

Ainda, devido ao racismo estrutural e sexismo, as mulheres negras podem ter acesso limitado a oportunidades de emprego, educação e cuidados com a saúde, agravado pelas altas taxas de violência de gênero, que podem incluir o abuso doméstico, a agressão sexual e outros tipos de violências²².

Diante disso, o feminismo negro se destaca como uma poderosa ferramenta no enfrentamento do

racismo e de suas ramificações na saúde mental das mulheres negras. As estratégias por ele advogadas abrangem conscientização, solidariedade, ativismo, educação, promoção da autoaceitação, reformas institucionais e diálogo interseccional. Essa abordagem abrangente reconhece a singularidade das experiências das mulheres negras e a necessidade de respostas específicas²³.

Desse modo, o feminismo negro desempenha um papel central na busca por igualdade, justiça e empoderamento das mulheres negras, bem como na luta contra os estereótipos prejudiciais e as representações unilaterais.

Reforça-se ainda que as experiências para minimizar os danos causados pelo racismo e sexismos no Brasil passam não só por políticas públicas inclusivas, mas sobretudo pelo empoderamento dessa fatia da população com ações de união dessas mulheres em coletivos para fortalecer suas lutas cotidianas, ações essas que ampliam seus espaços de participação na sociedade²⁴.

Considerações Finais

A saúde mental das mulheres negras no Brasil é afetada por uma interseção complexa de fatores, incluindo o racismo estrutural, o sexismo e a desigualdade econômica, inseridos em uma estrutura patriarcal, branca, masculina e normativa.

A opressão de gênero e racial vivenciada por estas mulheres resulta em desafios únicos, incluindo discriminação, estereótipos negativos, violência de gênero e a pressão para se conformar com normas de beleza eurocêtricas. Isso pode levar a altos níveis de estresse, ansiedade e depressão, além de contribuir para outros problemas de saúde pública.

No âmbito dessa situação, uma abordagem terapêutica desejável prioriza a cultura, história e identidade das mulheres negras como elementos centrais do tratamento. Isso abrange a apreciação do impacto da diáspora africana, da história de resistência e da necessidade de afirmar a identidade negra.

Além disso, essa abordagem reconhece a interseção de gênero e raça na formação da saúde mental das mulheres negras, considerando cuidadosamente a influência do racismo e do sexismo em suas vidas, promovendo, assim, uma abordagem terapêutica interdisciplinar e culturalmente relevante diante o reconhecimento das disparidades e a promoção da igualdade de acesso aos cuidados de saúde mental para essas mulheres.

É importante abordar questões de discriminação racial e redução das situações das diversas formas de violências nas vidas das mulheres, bem como sexismo sistêmico, para a criação de um ambiente mais equitativo e saudável para todas.

No entanto, embora o tratamento seja fundamental, a promoção da saúde deve ser uma estratégia prioritária, exigindo esforços abrangentes que levem em consideração as complexas interações de fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam a saúde mental da mulher negra.

Neste sentido, as mulheres negras têm demonstrado uma incrível resiliência ao longo da história, encontrando maneiras de se apoiar mutuamente e resistir a essas opressões. Assim, a busca por aceitar sua própria identidade e valorizar sua cultura tem se mostrado uma fonte de fortaleza.

Logo, é essencial reconhecer a importância de criar espaços de diálogo, aumentar a conscientização

sobre essas questões e promover políticas e práticas inclusivas que abordem as disparidades em saúde mental enfrentadas por mulheres negras.

Referências

1. Gonçalves LAP, Oliveira RG, Gadelha AG, Medeiros TM. Saúde coletiva, colonialidade e subalternidades - uma (não) agenda? *Saúde Debate*. 2019; 43(spe8):160-174.
2. Bento OC. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.
3. Souza NS. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz-Companhia das Letras. 2021.
4. Raminelli R. Eva Tupinambá. In: Mary del Priore (ed.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 1997.
5. Meneghetti FK. O que é um Ensaio-Teórico? *RAC*. 2011; 15(2):320-332.
6. World Health Organization (WHO). Mental health: Strengthening our response. Fact Sheet 220; 2014. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs220/en/>>.
7. Almeida S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen. 2019.
8. Santos DJS, Palomares NB, Normando D, Quintão CCA. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press J Orthod*. 2010; 15(3):121-4.
9. Butler J. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2003.
10. Picanço F, Araújo CMO, Covre-Sussai M. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. *Rev Bras Estud Popul*. 2021; 38:e0177.
11. Del Priori M. Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. 2011.
12. American Psychiatric Association (APA). DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5ª. ed. Porto Alegre: Artmed. 2014.
13. Silva ML. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: Kon NM; Silva ML; Abud CC (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a Psicanálise*. São Paulo: Perspectiva. 2017.
14. Veiga LM. Descolonizando a psicologia: Notas para uma psicologia preta. *Fractal: Rev Psicologia*. 2019; 31(esp.):244-248.
15. Estanislau MA, Silva VRR. Apontamentos e reflexões sobre violências contra mulheres negras no Brasil. In: I Mostra Científica em Antropologia e Saúde: Diálogos em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos. FIOCRUZ/UNILAB. *Revista Remecs*. 2022; 1(1):58-62.
16. Fanon F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: Edufba. 2008.
17. Santos AJGB, Oliveira RC. Resenha do livro *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon. *Rev Culturas Jurídicas*. 2018; 5(10):396-404.
18. Oliveira J. Interseccionalidade, de Carla Akotirene. *Cadernos de Gênero e Diversidade*. 2020; 6(1):303-309.
19. Davis A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2016.
20. Cardoso CP. Amefricanizando o Feminismo: O pensamento de Lélia Gonzalez. *Rev Estudos Feministas*. 2014; 22(3): 965-986.
21. Gonzalez L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.
22. Vergès F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: UBU Editora. 2020.
23. Collins PL. *Pensamento feminista negro. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
24. Nascimento KC, Delgado FA, Barbosa MSA, Lima RCB, Lima TNB, Gomes BMR. Mulheres negras e o racismo à luz da mandala dos saberes. São Paulo: *Rev Remecs*. 2023; 8(14):12-20.